

ARTIGO

FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA O e-book como instrumento pedagógico no âmbito do NEABI

Joilma Gonçalves de Oliveira¹

Karina Hernandes Neves²

Resumo: Este artigo analisa o racismo estrutural e o racismo institucional no âmbito da educação, com foco no acesso de estudantes negros na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O objetivo consiste em apresentar o processo de desenvolvimento de um e-book voltado à formação antirracista, fundamentado nas ações do NEABI do Campus Bom Jesus do Itabapoana. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, organizada em revisão bibliográfica e análise documental. A base teórica apoia-se, nas ideias de Munanga (2006), Santos (2005), Almeida (2020) e Gomes (2005), que contribuíram na compreensão das relações raciais no contexto educacional brasileiro. Como resposta a essa demanda, o e-book desenvolvido sistematiza as práticas do NEABI, configurando-se como uma ferramenta pedagógica voltada ao fortalecimento do pertencimento e da formação antirracista no campus. Sua elaboração originou-se dos resultados da análise de conteúdo aplicada aos eventos realizados pelo núcleo no período pós-pandêmico, os quais subsidiaram o levantamento de dados e evidenciaram a necessidade de desenvolvimento do produto educacional. Nesse cenário, o NEABI assume papel central ao promover ações pedagógicas e institucionais que fortalecem o acolhimento, o pertencimento e a construção de uma formação antirracista. Conclui-se que produtos educacionais dessa natureza são essenciais para materializar o cumprimento das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08 e subsidiar o fortalecimento de estratégias institucionais que assegurem o enfrentamento de forma contínua, ao racismo estrutural presente nas instituições educacionais. Ademais, destaca-se que a produção de materiais pedagógicos contextualizados contribui para a ampliação do debate sobre as relações étnico-raciais, favorecendo a construção de práticas educativas mais inclusivas e socialmente comprometidas

Palavras-chave: Educação antirracista, NEABI, Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

ANTI-RACIST EDUCATION IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: THE E-BOOK AS A PEDAGOGICAL TOOL WITHIN THE NEABI

Abstract: This article analyzes structural racism and institutional racism within the field of education, focusing on the access of Black students to Professional and Technological Education (EPT). The objective is to present the process of developing an e-book aimed at anti-racist education, based on the actions of the NEABI at the Bom Jesus do Itabapoana Campus. The research adopted a qualitative approach, organized through a literature review and document analysis. The theoretical framework is based on the ideas of Munanga (2006), Santos (2005), Almeida (2020), and Gomes (2005), who contributed to the understanding of racial relations in the Brazilian educational context. In response to this demand, the developed e-book systematizes the practices of NEABI, configuring itself as a pedagogical tool aimed at strengthening a sense of belonging and

¹ Especialista em Gestão da Educação com Habilitação em administração Escolar, Supervisão. Mestre pelo programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFFluminense Campus Macaé.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenadora de Curso e Docente no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFFluminense Campus Macaé.

INDEXADORES:



anti-racist education on campus. Its development originated from the results of the content analysis applied to the events carried out by the center in the post-pandemic period, which supported the data collection and highlighted the need for the development of this educational product. In this context, NEABI assumes a central role by promoting pedagogical and institutional actions that strengthen inclusion, belonging, and the construction of anti-racist education. It is concluded that educational products of this nature are essential to materialize compliance with Laws N° 10.639/03 and N°. 11.645/08, and to support the strengthening of institutional strategies that ensure the continuous confrontation of structural racism present in educational institutions. Furthermore, it is highlighted that the production of contextualized pedagogical materials contributes to broadening the debate on ethnic-racial relations, fostering the development of more inclusive and socially committed educational practices

Keywords: Anti-racist education; NEABI; Professional and Technological Education (EPT).

INDEXADORES:



1. INTRODUÇÃO

A formação antirracista tornou-se um eixo imprescindível para promover a justiça social e a equidade no âmbito educacional, em especial na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Esse campo de ensino ainda está marcado por desigualdades históricas que afetam o acesso de estudantes oriundos de grupos racialmente minorizados. Diante desse cenário, as políticas institucionais demandam mecanismos que ultrapassem a simples oferta de formação técnica, incorporando práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social.

Frigotto (2007) situa a Educação Profissional e Tecnológica dentro de uma perspectiva de classe e raça, conectando o atraso educacional brasileiro ao passado escravocrata e ao projeto de dependência econômica. Para o autor, não se pode discutir currículo ou acesso na EPT sem considerar que a educação reflete as tensões de um capitalismo que se desenvolveu sobre a exclusão sistemática. No contexto do IFF, essa base teórica reforça a importância dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas NEABIs, que atuam justamente na desconstrução dessa "estrutura social de país colônia" mencionada pelo autor (FRIGOTTO, 2007).

Considerando o contexto institucional do Instituto Fluminense, o NEABI do *Campus* Bom Jesus do Itabapoana tem se destacado pela promoção de ações pedagógicas voltadas à educação antirracista, especialmente no período pós-pandêmico. Entretanto, observa-se a escassez de estudos que articulem, de forma integrada, a educação antirracista, a atuação dos NEABIs e a Educação Profissional e Tecnológica, evidenciando uma lacuna relevante na produção científica.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo *apresentar* o processo de desenvolvimento, incluindo a elaboração, aplicação e avaliação, *de um Produto Educacional*, na forma de um e-book voltado à formação antirracista, fundamentado nas ações do NEABI do *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, evidenciando seu papel como núcleo institucional estratégico na promoção de ações voltadas à equidade racial.

A elaboração do produto educacional insere-se nas exigências do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no qual a produção de materiais com aplicabilidade prática constitui elemento do processo formativo. Conforme orienta a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o mestrando deve desenvolver “um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino” (BRASIL, 2019, p. 4). Nesse sentido, o e-book foi concebido como um recurso didático voltado à sistematização das experiências e práticas desenvolvidas pelo NEABI.

No que se refere ao percurso metodológico, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e, conforme destaca Goldenberg (2004), ao priorizar a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais. Para sua operacionalização, foram adotados procedimentos de revisão bibliográfica sistematizada, utilizando-se como principal fonte o Portal de Periódicos da CAPES, com o objetivo de compor um referencial teórico consistente sobre educação antirracista, NEABI e Educação Profissional e Tecnológica.

Inicialmente, foram realizadas buscas com combinações dos descritores “educação antirracista”, “NEABI” e “Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, por meio de operadores booleanos. As combinações mais restritas como “Educação antirracista” AND “NEABI” AND “Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” não apresentaram resultados significativos, evidenciando a escassez de estudos que articulem simultaneamente esses três eixos. Diante disso, optou-se por ampliar as estratégias de busca, utilizando combinações mais abrangentes, como “Educação antirracista” OR “NEABI” OR “Educação Profissional e Tecnológica”, que resultaram em um número expressivo de 4.018 produções. Após a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, como recorte temporal, idioma, área de conhecimento e revisão por pares, o corpus foi significativamente reduzido para 1.102 resultados.

A metodologia prosseguiu com a testagem de combinações booleanas entre os termos, “Educação antirracista” OR “NEABI” AND “Educação Profissional e Tecnológica”, que, após refinamentos sucessivos, resultaram em 7 artigos. A análise dos títulos e resumos revelou que somente 2 produções contemplam, de forma integrada, os três descritores, indicando uma lacuna significativa na literatura científica sobre o tema no campo da EPT.

Por fim, o referencial teórico que sustenta esta pesquisa fundamenta-se, principalmente, nas contribuições de autores como Santos (2005), Almeida (2020) e Gomes (2005), cujas produções possibilitam uma compreensão crítica das relações étnico-raciais no contexto educacional brasileiro.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A FORMAÇÃO ANTIRRACISTA

No campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), os produtos educacionais assumem papel central na articulação entre pesquisa e prática pedagógica, no contexto dos mestrados profissionais, como o ProfEPT. Tais produtos não se limitam à sua dimensão material, mas se configuram como estratégias pedagogicamente orientadas e teoricamente fundamentadas, voltadas à resolução de problemas concretos do campo educacional.

À luz dessa compreensão, o e-book intitulado “O NEABI do Campus Bom Jesus do Itabapoana: Espaço de Formação Antirracista” insere-se como um produto educacional que ultrapassa a dimensão instrumental, ao propor uma mediação formativa direcionada à promoção da educação das relações étnico-raciais. Sua elaboração está diretamente vinculada à pesquisa desenvolvida no mestrado ProfEPT, evidenciando a indissociabilidade entre investigação científica e intervenção pedagógica.

A implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, integrados à Rede Federal, fundamenta-se na proposta de formação humana integral, conforme exposto na Lei nº 11.892/2008. Nessa direção, observa-se que a EPT assume

uma função estratégica ao ampliar o debate acerca da presença da população negra nesses espaços, historicamente atravessados por desigualdades raciais.

Sob essa perspectiva, as reflexões de Gomes (2011) contribuem para compreender que a inserção da população negra nos espaços educacionais reflete um racismo de caráter estrutural, articulado às dinâmicas do capitalismo, que atua na manutenção das desigualdades sociais. A autora enfatiza, ainda, que as reivindicações do Movimento Negro reorientam as políticas educacionais, ao evidenciar a centralidade da raça como elemento estruturante das opressões no Brasil. Em consonância com essa abordagem, compreende-se que, embora a educação não seja capaz de solucionar, de forma isolada, as desigualdades sociais, ela se constitui como espaço privilegiado de produção de conhecimento e formação política, podendo tanto reproduzir quanto tensionar essas desigualdades.

A promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representa um marco no campo educacional brasileiro, ao instituir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Tais dispositivos legais ampliam o horizonte epistemológico da educação, ao demandar a reestruturação dos currículos nacionais para a inclusão de saberes historicamente negligenciados.

Como desdobramento dessas conquistas, os NEABIs consolidam-se na Rede Federal como espaços institucionais de resistência, formação e produção de conhecimento. Tais núcleos resultam de processos históricos de mobilização social e política, protagonizados por movimentos que reivindicam o reconhecimento das identidades étnico-raciais e estratégias de resistência e de afirmação das identidades dos povos negros, indígenas e quilombolas.

Nessa direção, as abordagens pedagógicas orientadas pela educação antirracista fundamentam-se em práticas que valorizam a diversidade cultural, racial e étnica, ao mesmo tempo em que promovem o enfrentamento do racismo estrutural e institucional presente nas relações educativas. Ao problematizar as desigualdades raciais, tais práticas contribuem para a construção de ambientes de aprendizagem mais inclusivos, nos quais estudantes negros e negras possam se reconhecer como sujeitos de direitos.

Para tanto, torna-se necessário tensionar o modelo eurocêntrico que historicamente orientou a educação brasileira, promovendo a valorização das histórias, culturas e saberes dos diferentes grupos étnico-raciais. Essa perspectiva implica não apenas a inclusão de conteúdos, mas a construção de práticas pedagógicas comprometidas com o enfrentamento de preconceitos, discriminações e violências associadas ao racismo.

De maneira geral, pode-se afirmar que o e-book desenvolvido configura-se como um produto educacional que, ao sistematizar os conhecimentos produzidos ao longo da pesquisa, estabelece-se como uma ferramenta pedagógica voltada à transformação das práticas educativas. Ao conferir visibilidade às ações do NEABI e fortalecer a educação

antirracista na EPT, o material reafirma o papel dos produtos educacionais como instrumentos de intervenção crítica e socialmente comprometida.

2.2 MARCO LEGAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A institucionalização da educação antirracista no Brasil está relacionada às lutas históricas do Movimento Negro e à progressiva incorporação da questão racial nas políticas públicas educacionais. Ao considerar o cenário pós-democratização, observa-se que as disputas políticas foram decisivas para que o Estado brasileiro reconhecesse formalmente a temática racial e a integrasse às diretrizes educacionais. Esse processo configura-se como um movimento de enfrentamento às estruturas racistas, orientado à ampliação de direitos e à consolidação de uma sociedade mais democrática. Nessa direção, Gomes (2012) adverte que a discriminação racial se manifesta como fator de seletividade no espaço escolar, sendo o silêncio um dos mecanismos pedagógicos por meio dos quais ela se perpetua.

À luz desse processo histórico, a promulgação da “Lei nº 10.639/2003”, posteriormente ampliada pela “Lei nº 11.645/2008”, representa um marco no campo educacional, ao instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos escolares. Tais dispositivos normativos orientam a incorporação, nos sistemas de ensino, de conteúdos voltados à valorização das contribuições históricas, sociais e culturais dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, ampliando o horizonte epistemológico da educação brasileira.

A partir dessas transformações, torna-se possível compreender que o enfrentamento do silenciamento histórico exige a promoção do reconhecimento das identidades étnico-raciais, contribuindo para a construção de uma educação comprometida com a equidade. Conforme argumenta Santos (2005), a inclusão dessas temáticas nos currículos escolares resulta de um longo processo de mobilização política e intelectual, protagonizado por movimentos sociais negros e por intelectuais engajados na luta antirracista.

A efetivação dessas legislações encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNs), que orientam a organização curricular de forma articulada e integrada. Essas diretrizes propõem a superação de abordagens pontuais, ao defenderem a inserção transversal da temática racial nos processos formativos. Em consonância com essa perspectiva, Andrade e Santos (2024) afirmam que a educação das relações étnico-raciais deve ultrapassar a mera inclusão de conteúdos, promovendo uma formação integral capaz de enfrentar desigualdades e formas estruturais de discriminação.

De maneira geral, compreende-se que a educação formal se constitui como espaço privilegiado para a promoção da equidade racial, ao possibilitar a construção de identidades, o fortalecimento do pertencimento e o reconhecimento da diversidade, conforme Andrade e Santos (2024). Tal entendimento reforça a necessidade de práticas

pedagógicas comprometidas com a transformação social e com a valorização das diferenças.

Por conseguinte, a implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais demanda transformações que vão além do cumprimento formal da legislação, implicando a revisão dos currículos, a reorganização das práticas docentes e a adequação das estruturas institucionais. Ademais, a integração da temática étnico-racial à formação profissional requer investimento contínuo na qualificação docente e no aprimoramento das práticas pedagógicas.

INDEXADORES:



ibict
Instituto Brasileiro de Informação
em Ciência e Tecnologia



Associação Brasileira de Editores Científicos

latindex

Associação
Sucupira



CAPES

2.3 RACISMO ESTRUTURAL E RACISMO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO

A compreensão das desigualdades raciais na sociedade brasileira requer a análise dos processos históricos que estruturaram a exclusão da população negra, especialmente no período pós-abolição. Conforme argumenta Munanga (2020), a abolição da escravidão, em 1888, não foi acompanhada pela implementação de políticas públicas de inclusão social, o que contribuiu para a manutenção de condições de marginalização. Para o autor, a identidade negra no Brasil assume um caráter político, uma vez que esse grupo permanece, historicamente, afastado do pleno exercício da cidadania e da participação equitativa nos espaços econômicos e de poder.

A ausência de medidas reparatórias estruturadas resultou na persistência de profundas desigualdades sociais, cujos efeitos se refletem nas condições de vida da população afro-brasileira. Conforme apontam Oliveira e Lando (2023), o fim da escravidão não foi acompanhado de políticas voltadas à garantia de direitos básicos, como educação, moradia e trabalho, o que contribuiu para a reprodução dessas desigualdades ao longo do tempo.

À luz dessas considerações, o racismo estrutural manifesta-se por meio de práticas, normas e valores que perpetuam a desigualdade racial no interior da sociedade. De acordo com Munanga (2020), esse processo está historicamente vinculado a mecanismos de desumanização das populações negras, incluindo a negação de suas culturas e formas de existência.

Em articulação a essa perspectiva, o racismo institucional expressa-se nas políticas, nos direitos e nos procedimentos adotados pelas instituições, inclusive aquelas vinculadas ao campo educacional. Essas dimensões não operam de forma isolada, mas se inter-relacionam, contribuindo para a manutenção das assimetrias raciais nos diferentes espaços sociais. Tal interdependência evidencia que a promoção da equidade racial encontra limites nas próprias estruturas que organizam a sociedade.

A partir dessas premissas, Oliveira e Lando (2023) destacam que a efetivação da Lei nº 11.645/2008 exige mais do que a inserção formal de conteúdos nos currículos escolares, demandando a reorganização das práticas pedagógicas. Tal movimento implica o deslocamento da hegemonia eurocêntrica que historicamente orientou a educação brasileira, responsável, em grande medida, pela desvalorização dos saberes africanos e indígenas

O racismo estrutural, por estar enraizado nas dinâmicas sociais, produz impactos tanto materiais quanto simbólicos sobre a população negra e os povos originários, manifestando-se na invisibilidade social, na desvalorização cultural e no acesso desigual a direitos fundamentais, como educação de qualidade e inserção no mercado de trabalho. Nessa direção, Almeida (2018) afirma que o racismo não se configura como uma anomalia social, mas como um elemento constitutivo das relações políticas, econômicas e sociais.

Em diálogo com essa abordagem, Gonzalez e Hasenbalg (2022) apontam que o racismo institucional constitui expressão do racismo estrutural, manifestando-se, muitas vezes, de forma silenciosa ou velada, embora também possa assumir formas explícitas. Essa relação evidencia que as desigualdades raciais não decorrem apenas de atitudes individuais, mas de estruturas sociais consolidadas historicamente.

No sistema educacional brasileiro, essas dinâmicas tornam-se evidentes na desigualdade de oportunidades oferecidas a estudantes negros, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Como desdobramento, tais desigualdades repercutem no acesso ao mercado de trabalho, limitando a inserção em ocupações socialmente valorizadas e melhor remuneradas. Trata-se de um processo contínuo, no qual a exclusão educacional contribui para a reprodução das desigualdades sociais.

Diante do exposto, observa-se que o campo educacional, longe de ser um espaço neutro, constitui-se como um ambiente estratégico tanto para a reprodução quanto para o enfrentamento das desigualdades raciais. Assim sendo, iniciativas pedagógicas comprometidas com a educação antirracista, tornam-se fundamentais para a construção de práticas educativas mais equitativas e socialmente transformadoras.

2.4 O PRODUTO EDUCACIONAL: COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO ANTIRRACISTA

Nesta seção, apresenta-se o e-book intitulado “*O NEABI do Campus Bom Jesus do Itabapoana: Espaço de Formação Antirracista*”, desenvolvido como produto educacional com a finalidade de contribuir para o fortalecimento das ações formativas no Instituto Federal Fluminense, a partir da sistematização e divulgação das ações e eventos promovidos pelo NEABI no período pós-pandêmico. Tal produção insere-se no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), cuja proposta formativa prevê a elaboração de produtos educacionais articulados às demandas concretas do campo educacional. Nessa direção, a pesquisa vincula-se à linha de investigação “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica”, integrando o macroprojeto voltado à compreensão e ao aprimoramento das práticas educativas nesses espaços.

O e-book assume a função de instrumento de memória e formação, ao registrar a trajetória do NEABI e, simultaneamente, contribuir para a continuidade das políticas voltadas à educação das relações étnico-raciais. O processo de elaboração do e-book iniciou-se com o levantamento documental das ações e eventos desenvolvidos pelo NEABI. Em seguida, procedeu-se à seleção, organização e sistematização dos conteúdos, bem como à definição da linguagem e da identidade visual, considerando critérios de acessibilidade, clareza e adequação didática. A partir dessa organização, o material foi estruturado de modo a articular fundamentos teóricos e práticas institucionais, configurando-se como uma ferramenta pedagógica voltada à promoção da educação antirracista na EPT.

No âmbito dos mestrados profissionais, os produtos educacionais assumem papel estratégico ao promoverem a articulação entre investigação acadêmica e intervenção pedagógica. Conforme destaca Kaplún (2003, p. 46), o material educativo pode ser compreendido como “um objeto que facilita a experiência de aprendizado”, o que evidencia seu potencial formativo. A partir dessa compreensão, tais produtos não se restringem à sua dimensão material, mas se configuram como propostas pedagógicas que integram intencionalidade educativa, fundamentação teórica e aplicabilidade em contextos reais de ensino.

Em consonância com as orientações da área de Ensino da CAPES, o produto educacional deve resultar de um processo investigativo orientado por demandas concretas do campo educacional, apresentando potencial de aplicação em diferentes contextos. Conforme estabelece o regulamento da área, tais produtos devem estar “focados na melhoria dos processos de ensino no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, seja em seus ambientes formais e não formais” (BRASIL, 2018, p. 25). Com base nesse entendimento, o e-book proposto busca não apenas atender às necessidades do contexto local, mas também constituir-se como referência para outras instituições da Rede Federal.

O desenvolvimento do produto ocorreu de forma articulada ao percurso da pesquisa. Inicialmente, partiu-se da problematização do objeto de estudo, seguida pela definição dos objetivos e pela delimitação das ações do NEABI a serem analisadas. À medida que a investigação avançava, o e-book foi sendo estruturado de modo a responder às demandas identificadas, consolidando-se como um instrumento de intervenção pedagógica.

À luz dessas considerações, compreende-se que o e-book desenvolvido tem como propósito evidenciar, a partir da atuação do NEABI no período pós-pandêmico, como se materializa a promoção da educação antirracista, contribuindo para a integração social, política e cultural, bem como para o enfrentamento de práticas discriminatórias e a valorização das diferenças.

De maneira geral, pode-se afirmar que o e-book se configura como um recurso pedagógico que favorece o desenvolvimento da percepção crítica e a formação de sujeitos comprometidos com a equidade racial. Ao articular dimensões teóricas, institucionais e pedagógicas, sua proposta contribui para o fortalecimento de uma educação que transcende a dimensão técnica, incorporando aspectos éticos, sociais e formativos essenciais à formação integral na Educação Profissional e Tecnológica.

2.4.1 CONCEPÇÃO E DESIGN PEDAGÓGICO: ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A elaboração do e-book fundamenta-se em um processo criativo orientado pela compreensão de que o produto educacional deve responder a uma demanda concreta do contexto institucional, a saber, o fortalecimento das ações do NEABI como espaço de formação antirracista. A partir dessa compreensão, o material foi concebido com a finalidade de articular produção acadêmica e prática pedagógica, contribuindo para a consolidação de ações educativas comprometidas com a equidade racial.

No que se refere ao percurso metodológico, adotou-se uma abordagem qualitativa, tendo como base as atividades desenvolvidas pelo NEABI no período pós-pandêmico. Conforme destacam Gerhardt e Silveira (2009, p.31), a abordagem qualitativa opõe-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental acerca da educação antirracista, possibilitando a construção do referencial teórico que sustenta o estudo. Em seguida, procedeu-se à análise dos eventos desenvolvidos pelo NEABI do Instituto Federal Fluminense, *Campus Bom Jesus do Itabapoana*, no período pós-pandêmico, a partir do exame de registros institucionais das ações promovidas pelo núcleo, compreendidos como fontes essenciais para a compreensão das práticas voltadas à educação das relações étnico-raciais.

Na etapa subsequente, a análise dos dados fundamentou-se nos pressupostos metodológicos da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), constituindo-se como procedimento central para o tratamento do corpus documental. Nessa direção, a pesquisa documental mobilizou registros institucionais do NEABI, permitindo identificar categorias analíticas relacionadas às práticas pedagógicas e às estratégias de promoção da educação antirracista.

2.4.2 ESTRUTURA E CONTEÚDO

A organização do e-book fundamenta-se em três eixos estruturantes, conceitual, pedagógico e comunicacional, os quais orientam a transposição dos dados produzidos na pesquisa para uma narrativa pedagógica voltada à construção de mensagens educativas. Conforme Kaplún (2003), o eixo conceitual refere-se à seleção e organização das ideias centrais a partir do referencial teórico, sendo responsável por definir os temas que orientam a experiência de aprendizagem. Nessa direção, a estrutura do material foi delineada com base na sistematização dos dados coletados, contemplando, inicialmente, um breve histórico sobre a criação dos NEABIs, seguido da contextualização do NEABI do *Campus Bom Jesus do Itabapoana*. Na sequência, foram organizadas as contribuições das ações e eventos desenvolvidos pelo núcleo ao longo de sua trajetória, com destaque para as atividades realizadas no período pós-pandêmico, evidenciando sua atuação na promoção da educação antirracista.

No que se refere ao eixo pedagógico, compreende-se, à luz de Kaplún (2003), que este organiza o percurso formativo proposto pelo material, orientando o sujeito desde o ponto de partida até a construção de novos conhecimentos. A partir dessa compreensão, o e-book foi estruturado de modo a promover uma experiência de aprendizagem progressiva, iniciando com a problematização do tema por meio da provocação “Vamos conversar sobre racismo?”, articulada à contextualização histórica do racismo desde o período pós-abolição até a contemporaneidade. Em seguida, o material apresenta o arcabouço legal, com

destaque para as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como o histórico dos NEABIs, situando o leitor no campo da educação das relações étnico-raciais.

Dando continuidade ao percurso pedagógico, o e-book aborda a trajetória do NEABI do *Campus Bom Jesus do Itabapoana* desde sua institucionalização, evidenciando ações que contribuíram para o fortalecimento do pertencimento institucional, como o “Novembro Negro” e a “Mostra Indígena”. Posteriormente, são analisadas as estratégias de resistência adotadas durante o período pandêmico, com a realização de eventos em formato remoto, seguidas pela consolidação das ações no período pós-pandêmico, com a retomada das atividades presenciais. Essa organização permite que o material funcione como um repositório de práticas pedagógicas, evidenciando a continuidade das ações.

No que diz respeito ao eixo comunicacional, Kaplún (2003) destaca que este se refere às estratégias de organização e apresentação do conteúdo, envolvendo diretamente as escolhas linguísticas e visuais do material educativo. Nessa perspectiva, a elaboração do e-book considerou princípios de acessibilidade, clareza e didatização, com a adoção de uma linguagem dialógica e adequada ao público educacional, evitando o uso excessivo de termos técnicos e favorecendo a compreensão do conteúdo.

A identidade visual do material foi concebida de modo a potencializar a comunicação e a acessibilidade, contemplando o uso de imagens representativas da diversidade, organização textual que favorece a leitura e a escolha criteriosa de cores e fontes. O fundo em tonalidade bege clara, associado ao uso de textos em marrom, estabelece um contraste adequado, contribuindo para a legibilidade e dialogando com elementos simbólicos relacionados à identidade e à ancestralidade. Ademais, foram incorporados recursos voltados à acessibilidade, como a descrição de imagens e a disponibilização de links que permitem sua visualização em maior resolução, ampliando o acesso ao conteúdo por diferentes públicos.

No que concerne ao processo de produção, o e-book foi desenvolvido com o uso da plataforma Canva, ferramenta digital que possibilita a elaboração de materiais visuais de forma estruturada. A escolha dessa plataforma esteve associada à sua capacidade de integrar elementos de *design*, organização textual e recursos visuais, contribuindo para a construção de um material didático mais acessível e adequado às demandas do campo educacional.

2.4.3 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A avaliação do e-book constituiu-se como etapa fundamental no processo de desenvolvimento do produto educacional, tendo como objetivo analisar sua adequação enquanto recurso pedagógico voltado à sistematização das ações do NEABI, especialmente aquelas relacionadas à educação das relações étnico-raciais. Para tanto, o procedimento avaliativo foi realizado por meio da aplicação de um questionário direcionado aos docentes do curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio, totalizando oito participantes.

No que se refere aos critérios de análise, foram considerados aspectos relacionados à estrutura e organização do material, incluindo a clareza e a coerência das seções, bem como a adequação da linguagem ao público educacional. Além disso, examinou-se a pertinência do layout e do design, com atenção à forma como os elementos visuais, tais como imagens e registros dos eventos, contribuem para a compreensão do conteúdo apresentado.

Em continuidade ao processo avaliativo, investigou-se o potencial do e-book para ampliar o conhecimento sobre educação antirracista, assim como a forma de apresentação das ações desenvolvidas pelo NEABI e sua relevância para o ensino nas diferentes áreas do currículo. Também foram analisadas sua aplicabilidade como recurso pedagógico, sua contribuição para a formação de estudantes e docentes e sua capacidade de promover a valorização da cultura afro-brasileira e indígena no espaço escolar.

Por fim, considerou-se a relação do material com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, tanto no que diz respeito ao conhecimento prévio dos docentes quanto à sua contribuição para o cumprimento dessas normativas na Educação Profissional e Tecnológica. Dessa forma, a avaliação permitiu uma apreciação abrangente do produto educacional, contemplando suas dimensões pedagógicas, formativas e institucionais.

3. CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 demanda mais do que a incorporação formal de conteúdos nos currículos, exigindo a consolidação de uma política pedagógica consistente, orientada pela intencionalidade educativa e pelo compromisso institucional com a promoção da equidade racial. Embora avanços normativos tenham sido alcançados, ainda persistem entraves de natureza prática e ideológica que dificultam a materialização desses princípios no cotidiano educacional.

A partir da análise bibliográfica realizada, constatou-se a existência de uma lacuna na produção acadêmica no que se refere à articulação entre educação antirracista, a atuação dos NEABIs e a Educação Profissional e Tecnológica. Tal constatação reforça a relevância deste estudo, ao evidenciar a necessidade de investigações e intervenções que contribuam para a compreensão e o enfrentamento das desigualdades raciais no campo educacional.

Considerando que o racismo se manifesta como um fenômeno estrutural, compreende-se que seu enfrentamento requer estratégias educativas intencionais e contínuas. Nesse sentido, o e-book desenvolvido apresenta-se como uma resposta concreta a essa demanda, ao sistematizar as ações do NEABI do *Campus Bom Jesus do Itabapoana* e constituir-se como um material didático voltado à promoção da educação antirracista no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Ao reunir e organizar a memória institucional do núcleo, o produto educacional não apenas preenche uma lacuna no que se refere à disponibilidade de materiais que articulem EPT, NEABI e educação antirracista, mas também se configura como um recurso estratégico para a formação continuada de docentes e para o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade. Dessa forma, contribui para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos, capazes de promover o acolhimento e o desenvolvimento acadêmico de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados.

Em consonância com a lacuna identificada, evidencia-se a necessidade de espaços educativos que reconheçam e valorizem a pluralidade de saberes e trajetórias. Nessa direção, os NEABIs consolidam-se como instâncias institucionais fundamentais, cuja atuação favorece processos formativos orientados à promoção da equidade racial e ao enfrentamento das desigualdades.

Por conseguinte, a elaboração de recursos didáticos que sistematizam essas diretrizes e ofereçam subsídios à prática docente, como o e-book apresentado, configura-se como estratégia relevante para a conversão do arcabouço normativo em práxis educativa. Tal iniciativa contribui para que a educação antirracista deixe de ocupar apenas o plano das diretrizes legais e se efetive como prática cotidiana nas instituições de ensino.

Por fim, compreende-se que o produto educacional desenvolvido se alinha a uma perspectiva de educação crítica e transformadora, na qual o processo formativo deve estimular a reflexão, o questionamento e a construção de conhecimentos significativos. Inspirado em concepções como a de Freire, entende-se que a educação deve promover a formação de sujeitos capazes de intervir na realidade, reafirmando o papel dos produtos educacionais como instrumentos de transformação social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ANDRADE, Maria Raimunda Santana; SANTOS, Elza Ferreira. *Educação das relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica sob a perspectiva da formação integral*. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2024. DOI: 10.15448/2179-8435.2024.1.45369. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/45369>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BRASIL. Anexo ao regulamento da área de Ensino. Brasília: CAPES, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1A8IYygpUlaYJoMHKxeWAMGnXLaz3AFAn>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Documento orientador de APCN: Área 46 – Ensino. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 5 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Relatório do Programa Federal de Ações Afirmativas. Brasília, DF: MIR, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/acoes-afirmativas/RelatorioPFAAFinal.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2026.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. Disponível em <https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-a-lei-1063903/>. Acesso em: 1 out. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 6 mar. 2026.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19971>. Acesso em: 5 mar. 2026.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

KAPLÚN, Gabriel. Materiais educativos: experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 10 mar. 2026.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://baobaxia.net/api/v2/baobaxia-2014_a954/abdias_d79c/acervo/download/kabengele-munanga-negritude-uso_dd4f/MD5E-s24524652--c6087d9932fded071feeb50b37c9c30d.pdf. Acesso em: 5 mar. 2026.

NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. Ensino de história: novas abordagens e práticas na interação com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S. l.], v. 20, n. 36, p. 180–200, 2023. DOI: 10.18817/ot.v20i36.1061. Disponível em: https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/1061. Acesso em: 20 out. 2025.

OLIVEIRA, C. de S.; LANDO, G. A. A necessária efetivação da Lei 11.645/2008 na educação básica em favor de um ensino antirracista e antissexista. **Revista Foco**, v. 16, n. 2, p. e998, 2023. DOI: 10.54751revistafoco.v16n2-110. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/998>. Acesso em: 17 jul. 2025.

RAMIL, Christianni Cardoso. Lei n. 1, de 1837, e o Decreto nº 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 181-190, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/24185>. Acesso em: 20 out. 2025.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: GOMES, Nilma Lino (org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: SECAD/MEC, 2005. p. 11-37. (Coleção Educação para Todos, v. 2). Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.